



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Oliveira, Cláudio Ivan de; Oliveira-Castro, Jorge M.
Problemas conceituais da doutrina intelectualista: implicações para algumas explicações cognitivistas
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 1, 2003, pp. 171-176
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816117>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Problemas Conceituais da Doutrina Intelectualista Implicações para Algumas Explicações Cognitivas

Cláudio Ivan de Oliveira^{1 2}

Universidade Católica de Goiás

Jorge M. Oliveira-Castro

Universidade de Brasília

Resumo

A doutrina intelectualista de Descartes consiste, em parte, na crença de que para que as pessoas executem uma tarefa, elas devem antes refletir sobre as regras de bom desempenho que se aplicam à tarefa. Neste sentido, em qualquer tarefa dependeria sempre da consciência, por parte do indivíduo, das prescrições para a execução, entendida como um processo interno, isento de erros quanto à sua capacidade de perceber o fluxo da vida mental, para si mesmo certas prescrições acerca do que vai ser feito. De acordo com essa interpretação da doutrina intelectualista, imaterial, como pensar e julgar, seriam responsáveis pelas ações, os episódios da vida material. Um dos problemas com esta doutrina intelectualista, de acordo com Ryle, é que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por conhecimentos anteriores dos princípios que se lhes aplicam. Outro problema mais relevante se refere ao fato de gerar uma regressão teórica infinita, isto é, se ações inteligentes são necessariamente precedidas por outras ações inteligentes, estas, para serem inteligentes, teriam que ser também precedidas por outras considerações teóricas. Visto que a *psicologia cognitiva*, representada por exemplo por teorias de processamento de informação, na doutrina intelectualista, as críticas mencionadas podem ser também aplicadas a ela. Sugere-se que um uso cuidadoso dos conceitos psicológicos na linguagem cotidiana pode ser útil para a solução de algumas dessas dificuldades. *Palavras-chave:* Consciência; doutrina intelectualista; psicologia cognitiva; regressão infinita; análise conceitual.

Conceptual Problems with the Intellectualistic Doctrine: Implications to Some Cognitive Explanations

Abstract

Descartes' intellectualistic doctrine consists in part in the belief that in order for people to adequately execute a task, they have to reflect on the rules of good performance that apply to that task. Therefore, good performance can only be achieved if it depends on the individual's consciousness of the prescriptions for the actions, *consciousness* being understood as an internal process, free from mistakes concerning its ability to perceive the flow of mental life, of admitting the need for such prescriptions about what will be done. According to this doctrine's interpretation, immaterial life episodes, such as thinking and judging, would be responsible for actions, material life episodes. One of the problems related to this doctrine, according to Ryle, is that many of the so-called intelligent actions are not preceded by any previous knowledge of principles. Another more relevant problem refers to the fact that such doctrine may generate an infinite regress, that is, if intelligent actions are necessarily preceded by intelligent theoretical considerations, then actions considered intelligent, would also have to be preceded by other intelligent theoretical considerations. Since cognitive psychology, represented for example by information processing theories, was influenced by the intellectualistic doctrine, the criticisms mentioned previously can also be applied to it. It is suggested that an analysis of the uses of psychological concepts in everyday language may be useful in solving some of these conceptual difficulties.

Keywords: Consciousness; intellectualistic doctrine; cognitive psychology; infinite regress; conceptual analysis

atacar especificamente o pensamento de Descartes, mas sim a doutrina intelectualista como se apresentou paradigmaticamente no pensamento ocidental.

A Crítica de Ryle à Doutrina Intelectualista

Ryle (1949/1970) afirma que o problema da doutrina cartesiana é de natureza lógica. Ele a define como sendo um mito, considerando que um mito não é, evidentemente, uma história de fadas. É a apresentação de fatos pertencentes a determinada categoria numa linguagem apropriada a outra (Ryle, 1949/1970). A classificação equivocada de termos como consciência e inteligência, originada pelo mito cartesiano, é devida à concepção de uma mente imaterial desvinculada de um corpo físico e, ao mesmo tempo, em interação com este, pois de acordo com a doutrina de Descartes, a alma ou mente é a responsável pela movimentação voluntária do corpo. Portanto, antes de, por exemplo, João resolver uma equação matemática em seu caderno, ocorre em sua mente todo o processo necessário para que João a resolva; e por ser a mente de fácil acesso, nenhum pormenor desse processo mental deixa de ser consciente. Os eventos que ocorrem na mente de João, o processo adequado para resolver a equação corretamente, é a inteligência.

Dizer, como fez o mito cartesiano, que uma pessoa resolve equações matemáticas corretamente porque tem inteligência é cometer o que Ryle (1949/1970) chamou de *erro de categoria*. O ataque principal de Ryle a esse erro é a sua afirmação de que, na linguagem cotidiana, muitos dos termos que descrevem a vida mental não descrevem ocorrências, mas sim conjuntos de relações. Vejamos, por exemplo, o uso do conceito de inteligência. Na linguagem cotidiana, inteligência é um *conceito disposicional* aberto para um conjunto de relações que envolvem ações que João executa, em diversos contextos, para solucionar problemas, jogar xadrez, lutar boxe, ir ao cinema, namorar e um conjunto de outras possibilidades inumeráveis. Inumeráveis porque de acordo com Ryle (1949/1970), é possível fazer

se Mário pretende se aproximar de alguém, aplicar bem seu repertório de sedução, se Mário pretende fazer algo adequado; se Mário identifica uma cara feia, se Mário tem uma namorada que o incomoda, saberá lidar com ela, se Mário é tolerante para não perder um relacionamento no conjunto.

Mais recentemente, Oliveira-Castro (2001) ressaltaram que o conceito exerce

função adverbial de caracterizar a maneira como as coisas são executadas. Uma ação inteligente poderia ser definida como uma ação que: a) fosse bem sucedida, seguindo o plano da tarefa; b) representasse o exercício de uma habilidade do indivíduo, isto é, o sucesso em realizar uma habilidade, podendo ser repetido em situações futuras. Assim, uma situação envolvendo algum tipo de ação não consistiu em simples repetição de uma ação desempenhada, o que, por exemplo, caracteriza a habilidade de um hábito. (p. 259)

Ambas as análises de Ryle (1949/1970) e de Oliveira-Castro (2001) ressaltam o problema do uso do conceito compartilhadas por filósofos e psicólogos. Os conceitos psicológicos na linguagem cotidiana. Primeiramente, o conceito descreve relações termináveis de relações entre eventos, não necessariamente nenhuma ocorrência específica. Em segundo lugar, a cláusula “se-então”, que seja necessária para definir o conceito. Em segundo lugar, o conceito nomeia ou descreve nenhuma ocorrência específica fora do corpo, mental ou comportamental. Em terceiro, resume e prediz relações entre ocorrências.

Na doutrina cartesiana, inteligência, como um conceito psicológico, é interpretado como uma ocorrência interna que gera as ações que ele resolve um problema matemático, ou seja, a solução do problema ou namoro. Assim, a categoria, de tratar conceitos mentais como disposições, é em parte baseada

Porém, se João não demonstrasse nenhum dos comportamentos mencionados anteriormente, mas fosse capaz de formular as regras do jogo, não seria possível dizer que ele “sabe como”, mas sim que ele “sabe que” para jogar o jogo de damas é preciso ter o domínio dos comportamentos expressos pelas regras.

Desse modo, o mito cartesiano, ao admitir que antes de executar adequadamente uma tarefa é preciso refletir sobre as regras necessárias para executá-la corretamente, iguala o “saber como” ao “saber que”. Nas palavras do próprio Ryle (1949/1970):

Os defensores da fábula (mito) estão prontos a tentar assimilar o saber como ao saber que, argumentando que ação inteligente envolve a observância de regras ou aplicação de critérios. Segue-se que a ação que é caracterizada como inteligente deve ser precedida por um conhecimento intelectual dessas regras e critérios; isto é, a pessoa que pratica a ação deve atravessar primeiro o processo interno de admitir para si própria certas posições acerca do que deve ser feito (“máximas”, “imperativos” ou “normas de conduta”, como por vezes se lhes chamam); só então pode executar a ação de acordo com esses ditames. Deve pregar para si mesma antes de poder executar. (p. 123)

Ryle (1949/1970) afirma ainda que muitas ações ditas inteligentes não são precedidas por quaisquer proposições sobre o modo como devem ser executadas. Algumas ações inteligentes não são controladas por quaisquer conhecimentos interiores dos princípios que se lhes aplicam. Como exemplo, o autor cita o bom contador de anedotas, que sabe inventar boas piadas mas não sabe formular as prescrições que segue para criá-las.

Além disto, como ressaltado por Ryle (1949/1970), se for admitido que ações inteligentes são necessariamente precedidas por considerações teóricas inteligentes, teremos de admitir que as próprias considerações teóricas, para serem inteligentes, necessitariam ser precedidas de outras considerações teóricas inteligentes. Esta situação não teria

serem escolhidas. Assim sendo, há uma regressão infinita de considerações sobre

Vale notar que os argumentos utilizados contra a doutrina intelectualista são ao absurdo. Este tipo de argumento (Ryle, 1970), é próprio da filosofia analítica, em extrair paradoxos e contradições das ideias adotadas pelos interlocutores.

Após a publicação do trabalho de Ryle, surgiram tentativas de bloquear a regressão infinita considerando subsistemas (homúnculos) cada um com suas capacidades, até em alguns casos, capacidades inteligentes ou inteligência, a regressão ao infinito. O problema do bloqueio é que ela abandona a doutrina intelectualista. Em última análise, é uma consideração prévia à inteligência, visto que, em alguns casos, sistemas menos complexos, se não capazes de realizá-la. De qualquer forma, abandonar a suposição lógica de defendê-la adiando sua negação.

Caso o leitor se pergunte sobre a descrição de uma doutrina tal como a do mito de Descartes ter sido desenvolvida pela psicologia de um modo geral e não da psicologia como a assim chamada psicologia que usa teorias do processamento da informação de acordo com alguns historiadores (Schultz & S. E. Schultz, 1992), a parte fundamental da chamada

Implicações da Doutrina Intelectualista na Psicologia Cognitiva

Parece correto afirmar que a doutrina intelectualista adotou o modelo de processamento da informação

posteriores. Esta crença esbarrará no problema de que o controlador necessitará de seu próprio controlador e este, de um outro. Desse modo, não se trata de dar uma solução, mas de adiar indefinidamente o problema.

Outro ponto interessante para a presente discussão é o problema da conceituação de *consciência* na Psicologia Cognitiva. De acordo com Eysenck (1994), o termo consciência deve ser analisado juntamente com autofoco (*self-focus*) e auto-atenção (*self-attention*):

Autofoco e auto-atenção: o conceito de eu é um dos mais antigos e mais básicos em psicologia. A palavra pertence simultaneamente ao senso de continuidade pessoal que caracteriza a personalidade de todo indivíduo, ao corpo organizado de conhecimento que todo indivíduo possui acerca de quem ele é, o que sente e acredita e a quem ele deseja ser; e ao sentimento subjetivo de estar no centro das experiências nas quais ele está envolvido. O “eu” também exibe uma curiosa e singular propriedade que tem sido chamada de reflexividade. Isto é, o eu possui a capacidade de voltar-se sobre si mesmo, de tomar aspectos de seu próprio conteúdo e seu próprio funcionamento como objeto de sua consciência. Quando uma pessoa está fazendo uso dessa capacidade reflexiva, essa pessoa está em um estado de atenção autofocalizada. (p. 315)

Na citação supra, pode-se identificar a idéia de introspecção, proveniente da doutrina cartesiana, aparecendo na capacidade reflexiva e de autofocalização do eu. Nesse sentido, autofoco seria a capacidade de atentar para as ocorrências mentais como desejar e acreditar. Um dos problemas do texto citado parece se dever ao uso de termos tais como *deseja*, *acredita* e *sente*, os quais, na linguagem cotidiana podem apresentar uso disposicional (Ryle, 1949/1970). Dizer que João deseja muito ser advogado não é dizer apenas que ele, em um momento específico, esteve a sonhar com o dia em que receberia o diploma em suas mãos. Na verdade, a frase usualmente pode relacionar-se a um conjunto grande de situações. Exemplos dessas situações são o empenho

relatos retrospectivos evita os problemas decorrentes da interpretação de autoconhecimento como introspecção (cf. Ryle, 1949/1970).

Nisbett e Wilson (1977) dão outras razões para o mito de Descartes tem ramificação na Psicologia Cognitiva. Esse texto, apesar de antigo, trata de problemas que se mantêm relevantes até hoje (Greenwald, 1992; Loftus & Klinger, 1995). O texto selecionado para a presente discussão trata de como os autores consideram as diferenças entre a falta de evidência empírica de resolução de problemas e os processos utilizados na solução e a tendência dos sujeitos que assumem que a resolução de problemas é por processos que a direcionam. Nisbett e Wilson deixam clara a sua concordância com a idéia de que processos mentais subjacentes a todo comportamento, que, portanto, jamais estaremos aptos a revelar, não se revelam no comportamento se não revelarmos quais os processos cognitivos. A seguinte passagem ilustra

A idéia central da teoria de atribuição é que os sujeitos se esforçam para descobrir as causas de reações emocionais e comportamentais (seus próprios). A idéia é que a atribuição causal resultante é um conjunto de atitudes e comportamentos. Portanto, se alguém nos diz que um faroeste é um homem de aceitação da opinião e, possivelmente, nos diz que, subsequente, serão determinados por motivos das razões da pessoa para a avaliação: Ele é um faroeste? De qualquer faroeste? (p. 233)

A posição dos autores suscita a seguinte questão: Se as pessoas tomam decisões e fazem julgamentos decorrentes de processos cognitivos subjetivos, porque não se pode simplesmente pedir para que relatem tais processos para que todos possam julgá-los? Se os processos mentais são passíveis de introspecção, como é defendido pelo

Para sustentar a tese de que há processos mentais subjacentes a tudo que as pessoas fazem, os autores lançam mão do que foi chamado de *visão antiintrospeccionista*. De acordo com ela, os processos mentais superiores ocorrem, mas os indivíduos não têm acesso a eles e por isso não os podem relatar. A posição dos autores está resumida no seguinte fragmento:

É proposto que, quando as pessoas tentam relatar sobre os processos cognitivos, isto é, sobre os processos que medeiam os efeitos de um estímulo sobre uma resposta, elas não o fazem com base em qualquer introspecção verdadeira. Ao invés disso, seus relatos estão baseados em teorias causais implícitas e *a priori*. (p. 231)

Desta forma, os autores apresentam uma versão moderna do dogma do fantasma na máquina (termo usado para se referir ao dualismo cartesiano). Se os processos mentais subjacentes não são relatados, é porque não há introspecção. Se os relatos verbais eventualmente parecem plausíveis, isto deve-se a “teorias *a priori*”. O fantasma continua ditando o que a máquina faz, mas ninguém vê sua atividade. As ocorrências mentais estão lá, mas não somos conscientes delas. Vale notar que a discussão acerca de processos mentais inconscientes, não acessíveis à introspecção, é antiga na Psicologia. De acordo com Moura e Correa (1997), Wundt admitiu que pensar envolve processos não conscientes, envolvendo um conjunto de premissas inconscientes que compõem o raciocínio. Só em nível consciente equivale a julgamento. Assim sendo, Wundt colocou uma interdição metodológica ao estudo experimental e introspectivo do pensamento. Outro exemplo é o conceito de inferência inconsciente de Helmholtz. De acordo com Moura e Correa (1997) e Vygotsky (1999/1982), Helmholtz formulou este conceito para descrever raciocínios inconscientes que corrigem a percepção humana, permitindo a percepção ortoscópica. Todas essas posições parecem trabalhar com o pressuposto de que a

admite que não se pode v
processamento inconsciente.

Além disto, Nisbett e Wils
que a ausência de relatos verbais
subjacentes aos julgamentos,
indica que tais processos nem se
casos, deixam de ocorrer (Oliv
Castro & Harzem, 1990). A tem
de tempo entre o estímulo e a res
pela incansável busca da Psicolog
Quanto maior o tempo deco
resposta, maior a probabilidad
mediadores que preencham tal e
a influência do estímulo sobre e
tentativa é logicamente insustentá
de tempo entre estímulo e res
pode ser infinitamente dividido.
a busca pelos eventos mediador
2000). Vale notar que Nisbett e
em que fecharam questão com o
de informação, não podem ad
posicionamento obriga-os a s
custo, a ocorrência de process
todo comportamento.

Em resumo, a presente ar
termos mentais como ocor
dificuldades conceituais intra
regressão ao infinito e a propo
Uma solução para este problem
mentais como termos dis
Trabalhando desta forma as te
evitar os problemas conceituais
proposta tem sido desenvolvida
onde o autor compara o uso
negativo, com o uso técnico, p
na cabeça”. De acordo com o a
ganhariam em tratar a express
relacionada a situações em

sem as quais não se pode entender as reações do organismo. Assim sendo, mudar o uso dos conceitos mentais neste sistema implicaria mudar seus postulados. Em síntese, significaria mudar o sistema. Não se trata de uma mudança periférica e trivial, mas fundamental. Assim sendo, estabelece-se um impasse para as teorias cognitivas de processamento de informação. Manter o postulado implica gerar os problemas conceituais referidos acima. Mudar o postulado implica violentar as bases do sistema. O tratamento deste problema, de forma mais aprofundada, exigiria um desvio dos objetivos mais limitados do presente artigo. Limita-se aqui a apontar a dificuldade.

Como conclusão final, pode-se dizer que o presente texto pretendeu chamar a atenção para a importância da análise conceitual, como instrumento de identificação de dificuldades e alternativas de soluções. Tentou-se demonstrar a relevância do argumento de Ryle (1949/1970), em sua análise sobre a doutrina intelectualista, para discussões atuais da Psicologia. Com base nas análises apresentadas, conclui-se que o uso cotidiano disposicional aberto dos conceitos mentais pode, em muitos casos, ser uma alternativa para as teorias psicológicas, no sentido de evitar os problemas conceituais decorrentes dos usos teóricos aqui discutidos. Uma possível solução para os problemas decorrentes do uso de conceitos abertos (i.e., indetermináveis) talvez fosse a adoção de conceitos disposicionais mais restritos, fechados, cunhados com expressões técnicas (cf. Castro, no prelo; J. M. Oliveira-Castro & K. M. Oliveira-Castro, 2001).

Referências

- Best, J. B. (1995). *Cognitive Psychology* (4ª ed.). Minneapolis.: West Psychology.
- Castro, K. M. (no prelo). The relativity of "intelligence" in Psychology and its adverbial function in ordinary language. *Behavior and Philosophy*.
- Eysenck, M. W. (1994). *The Blackwell dictionary of cognitive psychology*. Blackwell.
- Eysenck, M. W. & Keanne, M. T. (1994). *Psicologia cognitiva* (M. W. Eysenck, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (original publicado em 1991).
- Greenwald, A. G. (1992). Unconscious cognition revisited. *American Psychologist*, 47(6), 766-779.
- Loftus, E. F. & Klinger, M. R. (1992). Is the unconscious mind? *American Psychologist*, 47(6), 761-765.
- Moura, M. L. S. & Correa, J. (1997). *Estudo psicológico e neuropsicológico*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Nisbett, R. E. & Wilson, T. D. (1977). Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, 84, 231-256.
- Oliveira-Castro, J. M. (1993). "Fazer na cabeça": Análise de conceitos e trações empíricas, e considerações teóricas. *Psicologia*, 10(1), 1-15.
- Oliveira-Castro, J. M. (2000). The negative function of the "head" and behavioristic interpretations of psychology. *Journal of Behavior Analysis*, 26, 1-25.
- Oliveira-Castro, J. M. & Harzem, P. (1990). Level of abstraction and concept of goal. *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 17, 1-15.
- Oliveira-Castro, J. M. & Oliveira-Castro, K. M. (2001). O conceito de "inteligência": Definições e usos em psicologia. *Pesquisa*, 17, 257-264.
- Park, S. M. (1994). Reinterpreting Ryle: A nonbehavioral approach. *Journal of the History of Philosophy*, 32, 265-290.
- Ryle, G. (1970). *O conceito de espírito* (M. L. Nunes, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1949)
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (1992). *História da Psicologia*. São Paulo: Cultrix.
- Vygotsky, L. S. (1999). *O desenvolvimento psicológico na infância* (M. L. S. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934)
- Ward, A. (1991). Wittgenstein and homuncular psychology. *Manuscripta*, XIV(2), 31-47.